

# EDUCAÇÃO SEXUAL NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL POR MEIO DE RODAS DE CONVERSA<sup>1</sup>

---

## ISABELLE DA COSTA WANDERLEY ALENCAR

<sup>1</sup>Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG; Professora da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, [icwa@academico.ufpb.br](mailto:icwa@academico.ufpb.br)

## JOSÉ AFONSO CORDEIRO DE ALMEIDA

Graduando pelo Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias – UFPB, [joseafonsocordeiro03@gmail.com](mailto:joseafonsocordeiro03@gmail.com)

## PEDRO HENRIQUE SILVA GUEDES

Graduando pelo Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias – UFPB, [guedespedrohenrique7@gmail.com](mailto:guedespedrohenrique7@gmail.com)

1 Trabalho resultante de Projeto de Extensão (UFPB em seu Município), financiado pela UFPB.

## RESUMO

A educação sexual tem um importante papel na ampliação dos conhecimentos dos estudantes sobre a sua própria sexualidade de modo a auxiliá-los no transcorrer de suas vidas, e, para que esse propósito seja atendido, os professores são o ponto chave desse processo. Assim, esse trabalho teve por objetivo auxiliar na formação de professores de duas escolas do ensino fundamental de Bananeiras-PB no tocante a incentivar propostas de integração da educação sexual ao currículo da escola por meio da metodologia da roda de conversa, que é uma ferramenta pedagógica capaz de fomentar o diálogo dessa temática, fazendo possível a construção de novas ideias, partindo da expressão de opiniões prévias acerca de sua realidade pessoal e profissional, auxiliando na identificação do papel de cada um no ambiente escolar e na sociedade. O desenvolvimento desse trabalho possibilitou novas formas de pensar e os professores receberam auxílio para dirimir suas dúvidas e se sentirem motivados a inserir essa temática no dia a dia de sua sala de aula.

**Palavras-chave:** Formação docente, Sexualidade, Educação sexual.

## INTRODUÇÃO

A formação docente acerca da educação sexual é um processo extra-curricular que agrega teorias e práticas pedagógicas para que os professores tenham amplo conhecimento sobre a temática, de modo que possam contribuir informando e sanando os questionamentos provindos dos seus alunos. A contribuição desse processo está em promover debates críticos norteados para a proteção dos direitos sexuais e reprodutivos, como também refletir sobre a percepção do masculino e feminino dentro da sociedade. O conteúdo deve ser amplo, com informações relevantes e estímulo à criticidade (SILVA; FREITAS, 2015). Segundo Ferreira, Ribeiro e Silva (2019), o desafio das escolas é reunir as percepções do próprio docente e dos estudantes, somar aos tabus impostos pela sociedade e construir um diálogo aberto e saudável entre eles.

A sexualidade sob ótica científica, trouxe a preocupação de expandir os conceitos que antes se limitavam apenas aos órgãos sexuais, e considerar também os prazeres, o corpo, o gênero. Essa nova perspectiva, ainda no século XIX, foi responsável pela condução de pesquisas a ponto de se estabelecer um molde de teorizações sobre a sexualidade, por intelectuais e universidades, a fim de satisfazer o interesse dos profissionais sobre os fenômenos sexuais internos e biológicos (FOUCAULT, 1998). Entretanto, a dominância de algumas esferas sociais ideológicas, principalmente a religiosa, minavam esse cenário. Contudo, o pensamento científico das academias e movimentos sociais conseguiram abrir espaço para propagação da discussão e debate de teorias e percepções individuais para libertarem os conceitos sexualistas de qualquer forma de dominância (SOARES; MONTEIRO, 2019). Essa perspectiva histórica da sexualidade ganhou notoriedade para que se expandisse o debate, estudo e discussão sobre a referida temática.

A preocupação em torno do debate sobre a educação sexual nas escolas envolve alguns paradigmas, seja social, cultural ou intelectual. Para ampliar a vivência entre as pessoas no ambiente escolar, é indicado que se faça uma intervenção crítico-pedagógica, se estabeleça uma análise de cunho científico para formular uma metodologia capaz de conduzir o processo de exposição do conhecimento sobre a sexualidade, ignorando os conceitos baseados nas credices que são fatores limitadores (MONTEIRO; RIBEIRO, 2018). O silêncio sobre conteúdos específicos é uma forma de pregar valores, ou seja, deixar de discutir sobre a educação sexual na escola, é julgar

o tema não-necessário e que pode ser facilmente substituído por outros temas mais “importantes” (VALE, 2018).

A discussão sobre a orientação sexual nas escolas contribui para ampliar a vivência social, pois considera a experiência de conhecer o outro e a maneira que ele interpreta o mundo. Compreender o outro é uma tarefa que contribui para aproximar os indivíduos uns dos outros, sendo um papel primordial das ciências sociais formular uma metodologia prática que consiga expor conhecimento, abrir espaço para o diálogo e o debate, além de possibilitar ampliar a curiosidade humana sobre a própria realidade. A diversidade é uma realidade para a espécie humana e devemos abrir espaço para estudá-la (BARBOSA; FOLMER, 2019).

A compreensão do corpo passa pelo entendimento de suas transformações, mudanças e das relações interpessoais e sociais (NOGUEIRA et al., 2016), envolve relacionamentos, sexualidade, sentimentos e valores, prevê o direito de esclarecimentos acerca de tabus e mitos. Educar para a sexualidade envolve conhecer os estímulos que induzem ao prazer, mas também envolve proteção quando prepara os professores para reconhecer alunos que estão sofrendo abuso sexual e para contribuir com uma orientação adequada (WEIZENMANN; MARIN, 2018).

A sexualidade deve estar no currículo desde a pré-escola porque é inerente ao ser humano, de modo que sempre deve haver a aproximação entre a escola e essa temática a partir de uma metodologia que consiga incluir os valores que os estudantes trazem de casa (MOREIRA; FOLMER, 2015). Quanto aos professores, devem ser técnicos para não reproduzir preconceitos particulares e julgamentos. A educação para a sexualidade não é incentivadora do ato sexual, mas do respeito e do autocuidado (BARBOSA; FOLMER, 2019).

A Unesco (2019) preconiza que a sexualidade deve ser trabalhada de forma ampliada, indo além dos temas centrais e adentrando em questões significativas como os relacionamentos e as vulnerabilidades, seja pelas desigualdades de gênero e/ou de poder, abuso sexual, violência baseada em gênero, fatores socioeconômicos, condição sorológica em relação ao HIV (vírus da imunodeficiência humana), deficiência, raça, orientação sexual e identidade de gênero.

O debate sobre a educação sexual por profissionais da educação é assegurado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que incluem a temática como ponto transversal no currículo. O documento orienta as escolas a praticar o diálogo sobre problemáticas acerca de assuntos emergentes

da sociedade para formação da cidadania, como também considera essencial que o professor valorize os interesses e motivações que regem a vida social dos estudantes (MEC, 1998). A diversidade, portanto, deve ser tratada com equidade para proporcionar as condições individuais para que cada estudante tenha a liberdade de expressão e ação dentro da escola (MEC, 1997).

Nesse processo de diálogo na escola, é necessário o uso de metodologias pedagógicas que facilitem a comunicação entre o grupo social e o professor ou pesquisador (IERVOLINO; PELICIONI, 2001). A metodologia da roda de conversa favorece a interpretação da realidade de forma geral pela característica de formar um grupo diverso para dialogar, expor ideias, criticar e conceituar a própria realidade. Essa metodologia é dinâmica para o processo ensino-aprendizagem, pois facilita a interação dialógica entre os participantes, facilitando a percepção do outro. O ensino deixa a passividade, tornando-se construtor de saberes e a teoria é testada na prática (MELO; CRUZ, 2014). As atividades em grupo sobre temáticas envolvendo a sexualidade torna a atmosfera escolar mais justa e igualitária, pois traz à superfície da realidade, os sofrimentos individuais, o sentimento de revolta, o conceito próprio de justiça, o estado emotivo perante aos casos de preconceito e a necessidade de desabafo. No momento em que a política da escola consegue ajudar um público vítima de preconceito, não significa necessariamente que ela faz justiça, mas que na sua mínima contribuição, ela respeita o espaço da integridade sexual de cada pessoa (BUENO, 2018). Diante disso, esse trabalho tem por objetivo contribuir para a formação de professores no tocante a fomentar o diálogo acerca da educação sexual nas escolas, almejando que os professores possam ser grandes transformadores da sua realidade e da realidade escolar.

## METODOLOGIA

Esse trabalho foi realizado em duas escolas públicas de ensino fundamental, Escola Emília de Oliveira Neves e Escola João Paulo II, ambas sob a administração do município de Bananeiras, estado da Paraíba, no período de 01/05 a 30/11/2019. A pesquisa atingiu 31 docentes (contabilizando os que participaram de apenas uma oficina), incluindo aqueles que se encontravam em atividades administrativas de direção e coordenação escolar, sendo 57% do sexo feminino e 43% do sexo masculino. Foram desenvolvidas 5 rodas de conversa em cada escola, com periodicidade mensal, respeitando o horário e a disponibilidade dos docentes.

A roda de conversa é uma metodologia que proporciona interação entre os participantes, incentivando que eles opinem livremente para que a coleta dos dados seja definida com sinceridade coletiva. Nas ciências sociais, desde as pesquisas de Basch (1987), se enfatizava a importância da discussão aberta como modelo de pesquisa qualitativa que, além de aproximar o pesquisador dos participantes do grupo, promove a coleta dos dados diretamente do objeto de estudo, ao invés de criar hipóteses baseadas em sua própria perspectiva. Gatti (2005) defende que esse modelo de pesquisa deve ser utilizado no ambiente educacional, pois sensibiliza os participantes para debater ideias, disseminar propostas, estimular conversas discursivas e expor a realidade de cada integrante. Essa metodologia favorece o desenvolvimento de habilidades no ato de investigar, analisar, criticar e agir. Nesta linha de pensamento, Bauer e Gaskell (2008) mostram que não existe um monopólio de interpretação da pesquisa qualitativa, concluindo que existe uma diversidade de fenômenos capazes de alterar a maneira de percepção social, ocorrendo pares de opiniões como também distanciamentos ou controvérsias.

Quanto à possibilidade da profundidade da discussão, Gatti (2005) afirma que deve estar atrelada a um problema claramente exposto, não podendo haver dúvida em relação à temática a ser discutida. A teorização sobre o tema precisa direcionar especificamente ao contexto a ser elaborado, seguindo um planejamento claro sobre o modo em que os conteúdos serão tratados, como iniciar a discussão, se o grupo pode debater sobre o assunto indicado e como organizar logicamente a opinião de todos na interpretação geral das informações (GATTI, 2005). Iervolino e Pelicioni (2001) citam alguns problemas sobre a realidade da execução destas reuniões, como por exemplo, o moderador responsável precisa se manter fortemente ligado à temática proposta, não permitindo a fuga do tema principal, nem a troca de caráter metodológico, isto é, usar procedimentos quantitativos em pesquisa de fundamento qualitativo.

Nesse sentido, as rodas de conversa foram apresentadas por meio de 5 temáticas diferentes: Sexualidade da criança e do adolescente; Sexo e gênero; As violências contra a mulher; Gravidez na adolescência e métodos contraceptivos; e, Aborto e IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis).

A roda de conversa “Sexualidade da criança e do adolescente” foi realizada no dia 03/07/2019 na Escola Emília de Oliveira Neves com a presença de 16 professores; e no dia 16/07/2019 na Escola João Paulo II com a presença de 8 professores. Nessa ocasião foi feita uma dinâmica de integração

entre os professores participantes e os pesquisadores. A condução da roda de conversa foi iniciada com a apresentação de conteúdo acerca das fases de desenvolvimento sexual da criança e do adolescente caracterizadas por Freud (1998), com o objetivo de elucidar como a sexualidade se expressa nessas faixas etárias e como ela pode ser abordada pelos professores de modo a entender e auxiliar na inquietação inerente a essas fases. Os registros das falas dos professores foram feitos por meio de anotações.

A segunda roda de conversa intitulada “Sexo e gênero” ocorreu no dia 07/08/2019 na Escola Emília de Oliveira Neves com 8 professores; e no dia 31/07/2019 na Escola João Paulo II, com 14 professores. O conteúdo abordado teve como proposta definir e explorar os conceitos de sexo e gênero permeando, também, conceitos de orientação sexual e identidade de gênero. Nessa roda foi feita a “dinâmica do semáforo” para que os docentes identificassem, com relação à temática, os conteúdos que tinham mais conhecimento, conhecimento intermediário e pouco conhecimento. A dinâmica foi realizada colocando três folhas de papel no chão com as cores verde, amarelo e vermelho. Os professores recebiam 3 pedaços de papel e escreviam tópicos relacionados ao tema discutido durante a roda de conversa. Os tópicos que eles consideravam que tinham maior conhecimento foram colocados em cima do papel verde, os tópicos medianos em cima da folha de papel amarelo e os temas com os quais tinham pouco conhecimento, em cima da cor vermelha. Ao final da dinâmica, os professores discutiram os motivos das suas escolhas. Essa atividade de autoconhecimento e autoavaliação mostrou os pontos fortes e fracos do grupo e também serviu para nortear as atividades da roda.

A terceira roda de conversa teve como temática “As violências contra a mulher” ocorreu no dia 04/09/2019 em ambas as escolas. Neste encontro, estavam presentes 6 professores na Escola Emília de Oliveira Neves e 13 professores na Escola João Paulo II. O objetivo deste encontro foi reconhecer os tipos de violência contra a mulher, auxiliar na sua identificação e dialogar sobre as consequências da violência que o patriarcado institucionaliza sobre as mulheres. Quanto ao conteúdo apresentado, foram descritas várias formas de agressão às mulheres (física, jurídica, psicológica, institucional, econômica, patrimonial, sexual, de gênero, moral, doméstica, familiar), os traumas que permanecem em suas vidas devido as agressões, os meios de denúncia e a busca de ajuda psicológica para superar esses traumas (TELES; MELO, 2002). Ao final, foi realizada uma dinâmica denominada “Quem é a vítima?”, que tem por objetivo que os participantes imaginem uma cena de

agressão com uma suposta vítima e um suposto agressor. Após isso, os professores escreveram um pequeno texto descrevendo a situação hipotética de agressão.

A roda de conversa “Gravidez na adolescência e métodos contraceptivos” foi o quarto encontro com os docentes e aconteceu no dia 22/10/2019 na Escola Emília de Oliveira Neves, onde estavam presentes 16 professores; na Escola João Paulo II, a roda de conversa ocorreu no dia 01/10/2019 contando com 14 professores. Inicialmente, foram demonstrados dados estatísticos que caracterizam o perfil das adolescentes grávidas no Brasil e a influência social, midiática, cultural que se reflete sobre esses casos (REIS; RODRIGUES, 2013; OPAS/OMS, 2018). Foi discutido o uso de métodos contraceptivos para prevenção de gravidez e IST. Foi utilizada a dinâmica “corrida dos dados” como gatilho das discussões. A dinâmica consiste de um jogo com 30 casas numeradas com uma pergunta em cada uma delas. A seleção das casas é definida de acordo com o arremesso do dado, sendo vencedor quem primeiro chegar à última casa. Durante a dinâmica, os participantes puderam interagir e discutir, expandindo o diálogo de forma espontânea e lúdica.

A quinta e última roda de conversa foi sobre a temática “Aborto e IST”, em ambas as escolas, ela ocorreu no dia 19/11/2019. Na Escola Emília de Oliveira Neves, estavam presentes 7 professores, enquanto que na Escola João Paulo II, havia 13 professores. Inicialmente foi dialogado com os docentes sobre as principais infecções transmitidas sexualmente, explorando acerca dos preconceitos, das medidas profiláticas e dos efeitos na gravidez. Sobre o aborto, foram trazidos dados acerca do panorama atual dessa temática no Brasil por meio da legislação pertinente (BRASIL, 1940) e de ações que pretendem modificar as leis para a sua descriminalização (BRASIL, 2015). Dada a polêmica acerca do tema, os diálogos aconteceram na perspectiva científica e legal evitando expor as opiniões pessoais da equipe de modo a não interferir na fala e opinião dos docentes de ambas as escolas. Foi realizado um jogo de cartas com a finalidade de incentivar o diálogo e verificar o grau de argumentação usado pelos participantes em suas respostas. No jogo, cada carta continha uma pergunta que deveria ser feita ao grupo oponente. Os professores foram divididos em duas equipes para realização do jogo.

No encerramento do projeto, na ocasião do último encontro, os professores de ambas as escolas responderam um questionário de avaliação acerca do trabalho desenvolvido nas rodas de conversa, assim como responderam um questionário de auto avaliação.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As rodas de conversa foram instrumentos necessários para a construção do diálogo com os docentes. A participação foi produtiva, levando a reflexões profundas sobre as suas percepções acerca dos temas discutidos, principalmente aqueles considerados mais polêmicos. Os professores e as professoras se mostraram disponíveis e dispostos a compreender a origem de suas crenças e opiniões e de se oportunizar à possibilidade de mudanças.

Na primeira roda de conversa, o diálogo transcorreu acerca da “Sexualidade da criança e do adolescente”. Durante a conversa, os professores citaram situações corriqueiras das escolas, versando desde a curiosidade dos estudantes (“*Professora, por que a minha vagina faz assim?*” - realizando o gesto de contato entre os dedos polegar e indicador se referindo a uma “pulsção” - ou “*Por que o meu ‘pinto’ está duro?*”) à realização da prática de masturbação nos banheiros (“*Alguns alunos saem da sala de aula para se tocar*”). Quando foram questionados pelos estudantes nessas ocasiões, alguns professores relataram que não souberam responder as perguntas feitas, como também outros se sentiram envergonhados em responder. Entretanto, alguns questionamentos dos alunos eram respondidos nas aulas de ciências, quando os professores ensinavam sobre a reprodução humana e mostravam o conteúdo sobre os órgãos sexuais e o ato sexual.

Inicialmente, os professores se mostraram limitados com relação ao conteúdo, mas atentos às discussões da roda de conversa e dispostos a dialogar sobre suas vivências e experiências pessoais e profissionais. A preocupação e desfecho sobre a abordagem do assunto corroboram Tavares e Justi (2018) quando mencionam que os gestores de uma escola tinham a preocupação em tratar apenas de IST, faltando preocupar-se com outros temas, tais como o desenvolvimento da sexualidade.

Na segunda roda de conversa, foi tratada a temática “Sexo e gênero”. À princípio, foram discutidas as diferenças existentes entre esses dois conceitos, dando ênfase à construção social acerca dos papéis atribuídos aos gêneros masculino e feminino. Foram relatadas experiências pessoais dos professores e experiências vivenciadas na escola (“*...um aluno uma vez acabou desistindo da escola porque não se conhecia direito. Ele não sabia definir o gênero dele. A escola tentou ajudar e incentivou [ele] a ficar. Mas mesmo assim ele acabou saindo da escola*”). Devido às dificuldades apresentadas pela escola para conversar com seus alunos, são oportunizadas situações de preconceito dada a falta de conhecimento e de autoconhecimento, fatos

que também ocorrem dentro das famílias. A dificuldade em se adaptar ao ambiente escolar pode ser motivada pela falta de diálogo sobre a diversidade, desta forma prevalecem os conceitos heteronormativos, diminuindo a adaptabilidade e identidade com esse ambiente (PINHO; PULCINO, 2016). Os professores relataram que poderia haver contribuição por parte da escola no tocante à aquisição de materiais didáticos sobre o tema, mencionaram polêmicas acerca do que ficou conhecido como “Kit Gay” - livro Aparelho Sexual e Cia, de autoria de Bruller e Chappuis (2018) - associado a conter conteúdo impróprio e a incentivar os estudantes à práticas homossexuais, entretanto, foi mostrado aos professores que o material possui conteúdo relevante para ser dialogado de forma contextualizada pela escola.

Os professores afirmaram que a inserção da temática de gênero nas escolas se faz preponderante, desde que houvesse atividades integrativas e abertas, respeitando o espaço da religiosidade que é comum entre os estudantes e, por momentos, vista como em oposição às escolhas diferentes do esperado, pois, ainda se espera que a orientação sexual seja heteronormativa e que a identidade de gênero seja de acordo com o sexo biológico. Essa necessidade de falar sobre gênero de uma forma mais lúdica, interativa e dinâmica também foi relatada no trabalho de Soares e Monteiro (2019).

Como resultado da roda de conversa “Violências contra a mulher”, os professores não relataram casos referentes aos estudantes, mas a pessoas de sua convivência: *“uma de nossas colegas já chegou com uma mancha roxa no pescoço. Quando perguntamos a ela se foi agressão, ela sempre dava uma desculpa, dizia ‘ah..., isso foi na porta, bati quando passei e nem vi’. Quando perguntávamos novamente... dizia ‘bati aqui ou ali’, não sei ao certo. Mas sempre tivemos a suspeita de que foi o marido”*.

Para permear o imaginário dos docentes, foi realizada a dinâmica da vítima e do agressor, na qual cada um dos participantes da roda imaginava uma cena de agressão à mulher, escrevia um pequeno texto e, em seguida, partilhava o que imaginou. Eles relataram várias situações diferentes de agressão, mas uma característica se repetiu insistentemente: sempre associavam a mulher vítima de agressão às negras. Comparando os dados do imaginário dos professores com os dados reais e atuais do perfil de vítimas de agressão, mulheres pardas e negras representam um grupo de 74% de denúncias contra violência física (MENDES, 2019) e de 60,5% das vítimas de feminicídio. A taxa de crescimento de morte de mulheres negras e pardas é de 20,7%, considerando a proporção de 1 para 100 mil habitantes entre 2007 e 2017 (CERQUEIRA et al, 2019). Outro ponto comum nas histórias contadas

pelos professores foi a esperança de que o agressor pudesse mudar de atitude, reforçando a submissão de mulheres aos parceiros e a culpabilidade que permeia o imaginário feminino, como afirma Casoli (2019).

A roda de conversa “Gravidez na adolescência e métodos contraceptivos” foi conduzida por meio da dinâmica corrida de dados. As perguntas do jogo fomentaram a discussão entre os professores, sendo algumas delas: “O que você faria se seu filho engravidasse alguém?”. Uma das respostas foi: *“Uma das minhas irmãs engravidou, o pai do meu sobrinho disse assim: esse menino não é meu e não eu assumo”. [...] o pai do meu sobrinho já morreu e mesmo mostrando o exame de DNA, os avós do meu sobrinho ainda não aceitam*”. Outra pergunta: “A partir de que idade você recomenda que sexo seja debatido com adolescentes? “Aos 12 anos”; *“Inicialmente aos 10 anos, ele começa a conhecer o próprio corpo e percebe que relações sexuais existem e que pode gerar uma gravidez, mas aos 12 anos o trabalho não é somente de conhecer o próprio corpo, mas de prevenção, doenças, falar sobre contracepção*”. Com relação à pergunta “Como a orientação sexual deve ser debatida em sala de aula?”, *“A melhor forma é em sala de aula e através de palestras com os professores da própria escola”; “[...] a melhor forma é na sala de aula com os próprios professores que conhecem a realidade deles*”.

A gravidez da adolescência se configura como um problema complexo que pode ser desencadeado por questões sociais que vão desde a desistência da escola, desemprego, vulnerabilidade, pobreza, condições de higiene, saúde e alimentação insuficientes (DIAS; TEIXEIRA, 2010; FARIAS; MORÉ, 2012; SANTOS *et al.*, 2017) a uma tentativa da adolescente se sentir valorizada pelo seu filho e do aumento de auto importância.

De acordo com Santos *et al.* (2017) e o IBGE, (2014), 65,9% das adolescentes grávidas tinham entre 18 e 19 anos de idade; 69% das meninas eram consideradas negras (seja pretas ou pardas); 59,7% não estavam na escola nem trabalhavam e 92,5% realizavam o serviço doméstico da própria casa; 37,1% moravam com os pais, enquanto que 34,2% estavam na condição de cônjuge; e 35,8% residiam na Região Nordeste.

A última roda de conversa foi “Aborto e IST”. Na execução do jogo de cartas, as equipes faziam perguntas entre si acerca do tema e davam respostas que eram certificadas pelo grupo de pesquisadores e pela equipe oponente, gerando discussões. Algumas perguntas respondidas pelas equipes foram: “Como a educação pode ajudar um jovem que tenha contraído uma IST?”, “[...] *ele vai procurar ajuda, ele vai procurar assistência melhor, ele vai saber exatamente como agir [com a doença]*”; *“Vai ajudar no processo de*

*fazer o tratamento dele*.” “Quais são os grupos de pessoas que mais devem ser assistidos quanto a prevenção de IST?” “[...] *homossexuais, [...] pessoas com vida sexual ativa [...]*.” “Como posso prevenir o HPV?”, “[...] *através da vacinação, que é necessária, inclusive [...] uso de preservativos, para uma relação segura*”. “Se um aluno estivesse com uma IST, quem deveria ser responsável pela aquisição da doença: os pais, a escola ou o próprio estudante?” “[...] *o próprio estudante, os pais não têm a ver com [a relação] o estudante, a escola também não, foi ela [a escola] que transou com ele?*”, “*Eu discordo. Os pais têm culpa, eles não passam esse conteúdo [pra ele]*”; “*A escola é banalizada quando tenta falar sobre isso*.” “Na sua visão, o aborto deveria ser legalizado?”, “[...] *devem-se considerar os traumas que a pessoa viveu para continuar a gestação*”; “*não*.” “O aborto pode ser nocivo à sociedade?”, “*pode ser nocivo*”; “*De certa forma pode porque pode se banalizar, mesmo sabendo que existe grupos permitidos por lei, que eles podem automaticamente achar que é uma gravidez e que se interromper vai engravidar de novo e fazer [abortar] de novo*.” “Qual é a diferença entre aborto e infanticídio? “*Aborto é interromper a gravidez e infanticídio é a morte dele depois que nasce*”. “Fatores econômicos favorecem o aborto?” “*Com certeza*”.

Discussões acerca do aborto são grandes tabus para as pessoas e na escola não é diferente. Mattar (2012) ressalta que o debate sobre aborto é tão complexo que até mesmo nos cursos de medicina existe receio e preconceito, seja para debater, expor opinião ou falar os benefícios para a mulher. Dentro da universidade, as pessoas ainda omitem opiniões com medo ou julgamento de terceiros. A prática abortiva, mesmo nos parâmetros legais, ainda é considerada “antiética” na mente popular.

Ao final das oficinas, foi feita uma avaliação que nos mostrou que 94% dos professores concordaram que as rodas de conversa contribuíram para sua formação docente; 100% dos professores disseram que as rodas de conversa contribuíram para melhoria do seu senso crítico; 72% disseram que se sentem motivados a inserir a educação sexual na sala de aula, enquanto 17% se mostraram indiferentes e 11% não se sentem motivados. Com relação a discutir temas de educação sexual com seus colegas de trabalho, 87% afirmaram que se sentem motivados, 7% se mostraram indiferentes e 6% não se sentem motivados. 87% dos professores disseram que se sentem mais confiantes em discutir a temática na comunidade em geral.

Debater educação sexual na escola é uma escolha. Embora se saiba de todos os benefícios que a informação de qualidade propicia, ela é preterida aos tabus, mitos, crenças e ideologias. Os cursos de formação de professores

deveriam inserir a educação sexual como componente obrigatório. Oliveira e Monteiro (2018) relatam que a falta de preparo dos professores nessa área pode ser advinda da ausência dessa temática nos currículos dos cursos de licenciatura. Noro, Crespi e Nóbile (2019) relatam a falta de especialização ou desconhecimento destas questões para propor debates ou resolução de dúvidas isoladas dos estudantes. Enquanto isso, as escolas deveriam criar planos educacionais de ação que visassem concretizar a sua intenção em fornecer conhecimentos dessa área aos seus alunos. O trabalho de todos pode ser facilitado quando se reúnem os grupos envolvidos (gestor escolar, professores, agente de saúde, comunidade e os pais) e os associa a uma metodologia que os aproxima de um grupo focal. Segundo Moreira e Folmer (2015), a curiosidade dos alunos também deve ser estimulada de modo a aumentar o interesse e a aprendizagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho, podemos concluir que os professores precisam de formação complementar para debater temáticas relacionadas à educação sexual, já que a maioria não teve contato prévio com o tema. As rodas de conversas foram instrumentos pedagógicos necessários para complementar a formação docente, pois permitiram explorar os conteúdos necessários ao empoderamento dos professores, objetivando a abertura para discussão e exposição de ideias e experiências, sejam pessoais ou profissionais. Eles receberam informações teóricas sobre as temáticas e elaboraram seus próprios pensamentos considerando suas individualidades sem desprezar o pensamento da coletividade. Novas formas de pensar foram construídas e os professores receberam auxílio para dirimir suas dúvidas e se sentirem motivados a inserir essa temática no dia a dia de sua sala de aula.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Luciana Uchôa; FOLMER, Vanderlei. Facilidades e Dificuldades da Educação Sexual na Escola: Percepções de Professores da Educação Básica. **Revista de Educação do Vale do São Francisco**, v. 9, n. 19, p. 221-243, 2019.

BASCH, Charles E.. Focus Group Interview: An Underutilized Research Technique For Improving Theory And Practice in Health Education. **Health Education**

**Quarterly**, [S.L.], v. 14, n. 4, p. 411-448, dez. 1987. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/109019818701400404>.

BAUER, Martin W.. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 7. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. (Bauer, M. W., & Gaskell, G. (2008). pesquisa qualitativa com texto, imagem e som (7 ed.). (, Trad.) Petrópolis, Rio De janeiro: Vozes.

BRASIL. Projeto de lei nº 882/2015, de 21 de março de 2015. Estabelece as políticas públicas no âmbito da saúde sexual e dos direitos reprodutivos e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050889>>. Acesso em: 11 mar. 2020.

BRASIL. Decreto-lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm). Acesso em: 11 mar. 2020.

BRULLER, Hélène. **Aparelho Sexual e Cia**. França: Companhia das Letras, 2018. 96 p. BUENO, Kim Amaral. UMA CONVERSA FORA DO ARMÁRIO”, DENTRO DA

ESCOLA: A IGUALDADE DE GÊNERO COMO POLÍTICA EXTENSIONISTA NO IFSUL. **Linha Mestra**, [s. l], n. 36, p. 249-253, 2018.

CASOLI, Rosemery. Enfrentamento à violência doméstica contra a mulher: o exercício experimental da arte como exercício experimental da liberdade. **Simbiótica**, Vitória, Brasil, v. 6, n. 1, p. 256-274, jan./jun. 2019.

CERQUEIRA, Daniel (Org.). **Atlas da Violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. 116 p.

DIAS, Ana Cristina Garcia; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, [S.L.], v. 20, n. 45, p. 123-131, abr. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-863x2010000100015>.

FARIAS, Rejane de; MORÉ, Carmen Ojeda Ocampo. Repercussões da gravidez em adolescentes de 10 a 14 anos em contexto de vulnerabilidade social. **Psicologia**:

Reflexão e Crítica, [S.L.], v. 25, n. 3, p. 596-604, 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-79722012000300020>.

FERREIRA, Djane Reis; RIBEIRO, Gabriel; SILVA, Patrícia Petitinga. (RE) CONSTRUINDO CONCEITOS PARA A SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS. **Imagens da Educação**, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 79-94, 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FREUD, Sigmund; ROTHGEB, Carrie Lee. **Chaves-resumo das obras completas**. Áustria: Atheneu, 1998.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas, 2005. 10 v. Série pesquisa em educação.

IERVOLINO, Solange Abrocesi; PELICIONI, Maria Cecilia Focesi. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da Usp**, [S.L.], v. 35, n. 2, p. 115-121, jun. 2001. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0080-62342001000200004>.

MATTAR, Rosiane. Breve reflexão crítica sobre a inclusão da temática do aborto nos cursos médicos. **Ciência e Cultura**, [S.L.], v. 64, n. 2, p. 44-45, jun. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.21800/s0009-67252012000200018>.

MELO, Marcia Cristina Henares de; CRUZ, Gilmar de Carvalho. Roda de Conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no ensino médio. **Imagens da Educação**, [S.L.], v. 4, n. 2, p. 31, 16 maio 2014. Universidade Estadual de Maringá. <http://dx.doi.org/10.4025/imagenseduc.v4i2.22222>.

MENDES, Saullo de Alcântara. **Caracterização Epidemiológica de Mulheres Vítimas de Violência na Paraíba entre os Anos de 2009 e 20**. 2019. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Medicina, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras-Pb, 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Parâmetros curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Parâmetros curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A “in”visibilidade dos temas da sexualidade no ambiente escolar e a formação docente. **Revista Internacional de Formação de Professores**, Itapetininga, v. 3, n. 4, p. 87-110, 2018.

MOREIRA, Betina Loitzenbauer da Rocha; FOLMER, Vanderlei. PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO FÍSICA ACERCA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA. **Experiências em Ensino de Ciências**, [s. l.], v. 10, n. 03, p. 18-31, 2015.

NOGUEIRA, Natália Souza. et al. EDUCAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO ESCOLAR: as estratégias utilizadas em sala de aula pelos educadores. **Holos**, [S.L.], v. 3, p. 319, 23 jun. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.15628/holos.2016.2302>.

NORO, Deisi; CRESPI, Livia; NÓBILE, Márcia Finimundi. Formação docente sobre gênero e sexualidade: conhecimento, relevância e caminhos. **Diferença, Multiculturalismo, Interculturalidade**, Natal, Rn, v. 1, n. 1, p. 1-10, 25 jun. 2019.

OLIVEIRA, Cristiane Martins de; MONTEIRO, Flávia Paula Magalhães. **Abordagem da Educação sexual e saúde nas escolas: um levantamento sob a ótica do profissional**. 2018. 40 f. Monografia (Especialização) - Curso de Saúde da Família/Gestão, Instituto de Ciências da Saúde, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira, Redenção, 2018.

PINHO, Raquel; PULCINO, Rachel. Desfazendo os nós heteronormativos da escola: contribuições dos estudos culturais e dos movimentos lgbttt. **Educação e Pesquisa**, [S.L.], v. 42, n. 3, p. 665-681, set. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022016148298>.

REIS, Marcella; RODRIGUES, Liliana. Gravidez na Adolescência: Qual a responsabilidade e papel da comunicação? **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, Manaus, p. 1-12, 2013.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, 2014

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. et al. Gravidez na Adolescência no Brasil: vozes de meninas e de especialistas. **Athalaia Grafica e Editora**, Brasília, p. 1-112, jun. 2017. ISBN: 978-85-62539-48-0.

SILVA, Cristiane Gonçalves da (org.). **Especialização em Gênero e Diversidade na Escola Módulo 3 - Sexualidade e Orientação Sexual**. São Paulo: Comfor, 2015. 70 p.

SOARES, Zilene Pereira; MONTEIRO, Simone Souza. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. **Educar em Revista**, [S.L.], v. 35, n. 73, p. 287-305, fev. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.61432>.

TAVARES, Daniele Teixeira; JUSTI, Jadson. HOMOSSEXUALIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR: o olhar de gestores frente à orientação sexual de adolescentes. **Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 39-64, 2018.

TELES, M. A; MELO, M. D. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2002. 120 p.

UNESCO. **Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade**: uma abordagem baseada em evidências. 2. ed. Paris, França e A Representação da Unesco no Brasil: Organização das Nações Unidas Para A Educação, A Ciência e A Cultura (Unesco), 2019. 148 p. ISBN: 978-85-7652-236-2. Disponível em: <[www.unesco.org/open-access/terms-use-ccbyncnd-port](http://www.unesco.org/open-access/terms-use-ccbyncnd-port)>. Acesso em: 18 out. 2020.

VALE, Kaio Trindade Mineiro. **Dificuldades e desafios no tratamento do tema “diversidade sexual na escola” na percepção de licenciandos do curso de Matemática da UFSJ**. 2018. 42 f. TCC (Graduação) - Curso de Matemática, Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del-Rei – Mg, 2018.

WEIZENMANN, Luana Tais; MARIN, Eulália Beschorner. **SEXUALIDADE INFANTIL: UM DEBATE PEDAGÓGICO COM PROFESSORAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**. 2019. 16 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Unijuí, 2019.